



ARTÍCULO | ARTIGO

Fermentario N. 11, Vol. 1 (2017)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación,
Universidad de la República. www.fhuce.edu.uy

Faculdade de Educação, UNICAMP. www.fe.unicamp.br

O aprimoramento da prática docente de filosofia por meio do curso específico de formação – EFAP/SP

Erica Cristina Frau¹

RESUMEN

Este artículo se centra en el eje temático de formación y calificación profesional y tiene como objetivo presentar parte de los resultados obtenidos por medio de la investigación de la maestría defendida en 2014. El estudio partió del supuesto de que la SEE / SP - Secretaría de Educación del Estado de San Pablo cree que la formación inicial de los profesores de filosofía no abarca sus necesidades, pues existe, por parte de los docentes, la falta de conocimientos del Currículo vigente y de la preparación didáctica pedagógica. Para intentar romper con esta falta de formación apropiada, dada la estructura de los cursos de graduación y del contexto histórico de la Enseñanza de Filosofía en Brasil, la SEE / SP creó la EFAP / SP -

¹ Mestra em Educação na área de Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Professora efetiva de Filosofia da Rede Pública Estadual Paulista, atualmente designada como Professora Coordenadora de Filosofia no Núcleo Pedagógico na Diretoria de Ensino Campinas Oeste. Graduada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. ericafrau@gmail.com

Escola de Formação y Perfeccionamiento de Profesores Paulo Renato Costa Souza y El Curso Específico de Formación.

Palabras clave: Enseñanza de filosofía. Formación continua. Práctica docente.

ABSTRACT

This article focuses on the study of the enhancement of the practice in teaching Philosophy through the Specific Training Course offered by EFAP/SP. The proposed theme assumes that the SEE/SP believes that the initial formation of the philosophy teachers does not meet their needs, due to the teachers lack of knowledge of the current Curriculum as well as their pedagogical didactic preparation. Attempting to break away with this inappropriate training and considering the structure of the graduation courses and the historical context of the Philosophy Teaching in Brazil, the SEE/SP has created the EFAP/SP and the Specific Training Course. The issue brings us to the central problem of the project: how the Specific Training Course for the beginner philosophy teachers can contribute to empowering their pedagogical practices, their continued education and how this may reflect on the students learning.

Key words: Philosophy teaching. Continuing education. Teaching practice.

I – Introdução

Com a intenção de dar continuidade às ações de aperfeiçoamento da prática docente, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo promoveu o concurso do ano de 2010 de maneira diferenciada, oferecendo, de forma obrigatória, o Curso Específico de Formação. Essa medida da SEE/SP trata-se de uma tentativa de desenvolver o aprimoramento da relação ensino-aprendizagem nas unidades escolares da rede estadual de ensino, possibilitando aos professores ingressantes uma formação complementar sobre o Currículo vigente, os materiais e os recursos disponíveis para subsidiarem o trabalho docente.

A problemática deste artigo concentra-se em compreender de que modo o Curso Específico de Formação para os professores ingressantes de Filosofia na rede pode contribuir para os estudos e para o aprimoramento da prática pedagógica

do professor. Este artigo busca descrever de que modo tal prática pode refletir no aprendizado dos alunos no que se refere ao ensino de Filosofia.

A formação inicial do professor de Filosofia não o prepara para a prática pedagógica em sala de aula, visto que está se apresenta fragmentada no que diz respeito ao 'o que ensinar' e 'como ensinar'. Parte dos professores tentará suprir essa fragmentação de diferentes formas, dentre elas, buscando alternativas diferenciadas de ensino, livros que auxiliam na sua formação didático pedagógica, cursos de aperfeiçoamento e especializações. Porém, outros profissionais se considerarão prontos para o exercício do magistério, sem se preocupar com a real deficiência de sua formação;

Os professores, ao se graduarem, consideram-se prontos e acabados. Este fato tem sido o maior entrave na capacitação docente. Na realidade, muitos professores nunca mais voltam a discutir a teoria e a prática de sua ação docente. Quando muito, discutem o conteúdo a ser trabalhado, mas dificilmente explicitam sua prática e a discutem com os outros professores (BEHRENS, 1996: 125).

A justificativa para uma investigação dessa natureza consiste na importância de analisar as contribuições do Curso Específico de Formação para a prática pedagógica dos professores de Filosofia ingressantes na Rede Pública Estadual de Ensino, tendo como centro delimitador de análise o aprimoramento da formação e a melhora no ensino da Filosofia, função que deve se constituir como formação continuada e aprimoramento da prática docente.

Repensar a graduação de Filosofia e os seus reais objetivos seria uma ação futura que poderia, já na formação inicial, preparar o docente para a sua prática no Ensino Médio.

O problema interno está relacionado à própria definição do que consiste um curso de licenciatura em filosofia e, conseqüentemente, a sua solução passa pela participação e engajamento dos professores num debate sobre a natureza e o papel pedagógico destes cursos e sobre em que consiste a formação dos futuros professores de filosofia. Como se pode observar, a discussão sobre a questão da formação de professores é fundamental para os cursos de licenciatura em filosofia, pois, além da especificidade temática inerente a estes cursos, há uma questão nomeadamente pedagógica e que pode ser decisiva para a inserção e presença da filosofia como disciplina curricular do ensino médio (GALLINA. 2002: 457).

Compreender a origem histórica, as justificativas e a estruturação do Curso Específico de Formação oferecido pela EFAP/SP – Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores Paulo Renato Costa Souza, assim como apresentar os objetivos da SEE/SP em relação ao desenvolvimento dessa formação

continuada é um dos objetivos deste artigo. Para tanto, será realizada uma breve exposição sobre a implementação da *Proposta Curricular do Estado de São Paulo*, no ano de 2008, sobre os subsídios criados para auxiliar este processo, sobre os cursos que abordaram os conteúdos e que refletiram sobre a prática deste Currículo, sobre o percurso de formação, aprimoramento e estudo, até chegar no *Currículo de Ciências Humanas e suas Tecnologias*, lançado em 2010. Também será realizada a verificação dos objetivos do Curso Específico de Formação, partindo da análise da estrutura do curso, o qual fora criado para oferecer formação continuada ao docente que ingressa, via concurso público, na SEE/SP².

II – A implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo e sua relação com o Curso Específico de Formação

Este tópico tem como finalidade apresentar o surgimento do curso no quadro da Proposta Curricular, contextualizando as etapas de formação continuada dos professores com relação à consolidação do Currículo implementado. Também serão apresentados os objetivos da EFAP/SP no que tange à promoção da formação continuada dos professores, por meio do Curso Específico de Formação, expondo sua relação com o concurso público realizado no ano de 2010.

Conhecer a origem histórica do curso demanda a compreensão da estrutura que antecede a criação da EFAP/SP³. O ensino de filosofia no Estado de São Paulo, por muitos anos, ficou orientado pela *Proposta Curricular para o ensino de filosofia: 2º grau* de 1992. Depois da elaboração desse documento, a educação brasileira obteve a *LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de 1996, os *PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*, em 1998, os *PCN+ Orientações Educacionais Complementares aos parâmetros Curriculares Nacionais*, em 2002 e as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*, em 2006. Mesmo depois de dezesseis anos, o documento oficial do Estado, que norteava a ação docente para o ensino de filosofia, continuava sendo o mesmo. No ano de 2008, a

² Na gestão do governador do Estado de São Paulo - José Serra do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

³ Em cinco de maio de 2009, a EFAP/SP - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores Paulo Renato Costa Souza foi criada por meio do Decreto nº 54.297. A principal intenção da SEE/SP ao criar esta escola foi promover a oferta de cursos e certificar o aproveitamento dos professores participantes, então, a EFAP/SP, passou a oferecer cursos de formação continuada aos docentes da rede de forma centralizada, promovendo essas ações nas modalidades semipresencial e à distância, tudo atrelado ao currículo vigente.

SEE/SP lançou a *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Filosofia*, trazendo novas orientações para o ensino de filosofia no nível médio.

Essa Proposta Curricular, elaborada para todas as disciplinas, foi entregue aos docentes acompanhada dos Cadernos do Professor e dos materiais didáticos elaborados para auxiliar sua implementação. Tais materiais contemplavam, em sua estrutura, situações de aprendizagens que consideravam os conteúdos previstos na Proposta Curricular.

Desse modo, a elaboração dos Cadernos do Professor apresentava uma divisão por séries e volumes e visava o desenvolvimento de atividades distribuídas em situações de aprendizagens que possuíam uma sequência didática composta de diferentes estratégias, estas visavam contemplar as competências específicas para cada conteúdo trabalhado. Este material apresenta também “orientações para a gestão da sala de aula, para a avaliação⁴ e recuperação, bem como de sugestões de métodos e estratégias de trabalho nas aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares” (SÃO PAULO, 2008: 9). A principal intenção da SEE/SP ao construir estes cadernos foi possibilitar aos docentes o acesso a um material pronto que promovesse o ensino da forma desejada por ela, possibilitando a construção do conhecimento de forma gradual e contemplando a relação ensino-aprendizagem.

No entanto, além da criação dos cadernos, foi preciso o desenvolvimento de algumas estratégias que ampliassem a implementação dessa nova Proposta Curricular. A construção do sítio⁵ do Programa São Paulo Faz Escola foi uma delas. Nesse espaço, a SEE/SP centralizou informações referentes à implementação da Proposta Curricular, como os materiais existentes para subsidiá-la e os vídeos que explicam os seus objetivos. Foram criados, também, cursos que trabalharam de forma direta o material, construídos para subsidiar essa implementação.

⁴ Dentro deste contexto, é válido destacar que o Caderno do Professor elaborado pela SEE/SP conta com um aspecto agravante, pois as suas propostas de avaliação seguem o modelo tradicional conteudista e rompem com a ideia de uma avaliação emancipadora que promova o aprendizado do aluno. Se a Secretaria da Educação visa a promoção de um ensino baseado na promoção de competências e habilidades como a esta se propõe a promover uma avaliação conteudista? Mas essa é apenas uma observação crítica sobre a proposta do material, até mesmo porque o este é apresentado como possibilidade de trabalho e, não, como um manual pronto e acabado que deve ser seguido à risca.

⁵ Acesso ao sítio através de: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/HOME/tabid/1208/Default.aspx>

A SEE/SP propôs um Currículo para os níveis de ensino fundamental, anos finais e ensino médio, desejando, por meio deste, “contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens de seus alunos” (SÃO PAULO, 2008: 8), e “garantir a todos uma base comum de conhecimentos e competências” (SÃO PAULO, 2008: 8). A apresentação geral dessa nova proposta enfatizou que o foco está na aprendizagem e que os conteúdos estão atrelados às competências, seguindo, assim, as tendências pedagógicas da atualidade.

Essa Proposta Curricular apresenta a ideia de que a escola pública é viabilizadora do acesso à educação para as camadas mais pobres da sociedade e a qualidade desta deve possibilitar a superação desses desafios. Para compor um Currículo comprometido com essas demandas, seis princípios nortearam a proposta: I Uma escola que também aprende; II O Currículo como espaço de cultura; III As competências como referência; IV Prioridade para a competência da leitura e da escrita; V Articulação das competências para aprender e VI Articulação com o mundo do trabalho. Estes princípios são apresentados por meio do entendimento que a SEE/SP possui das carências da educação paulista.

Com a intenção de apresentar alguns aspectos importantes, no início do texto da parte específica da Proposta Curricular de Filosofia o primeiro apontamento realizado expõe a ideia que o senso comum tem da disciplina:

No senso comum, filosofar é tirar os pés do chão e ficar em devaneios em cima das nuvens. Essa imagem do pensador com olhar e mente distantes, flutuando sobre os mortais, foi criada com a ajuda dos próprios filósofos e professores de Filosofia, durante anos especializados numa espécie de trava-línguas do pensamento e alheios às demais manifestações e dimensões da Cultura (SÃO PAULO, 2008: 41).

Na sequência da apresentação da Proposta Curricular de Filosofia, são apontadas as seguintes indagações: Qual o papel que a filosofia deve desempenhar? E qual a função do ensino de filosofia no desenvolvimento de competências e habilidades?

Buscando responder de forma direta e objetiva os questionamentos mencionados, é apresentada a seguinte ideia acerca do ensino de filosofia:

[...] propõem reflexões que permitem compreender melhor as relações histórico-sociais e, ao mesmo tempo, inserir o educando no universo subjetivo das representações simbólicas, elevando a Educação a um nível político-existencial, capaz de superar a mera transmissão e aquisição de

conteúdos, feitas de modo mecânico e inconsciente (SÃO PAULO, 2008: 41).

Dessa maneira, o ensino de Filosofia é apresentado como algo dinâmico, vivo e com papel importante para o desenvolvimento do senso crítico e da cidadania. No entanto, não cabe apenas à disciplina filosofia tais atributos, estes dependem, também, das demais disciplinas, do universo escolar, dos ambientes sociais e da formação familiar. O ensino de filosofia também pode contribuir nesse sentido, mas não pode deixar de lado os seus conteúdos específicos, os quais precisam ser trabalhados para o desenvolvimento de conhecimentos filosóficos.

A Proposta Curricular aponta que a relação ensino-aprendizagem pode ser mais dinâmica se o professor trabalhar de forma interdisciplinar, o que pode tornar o aprendizado mais contextualizado e interessante. Para promover um ensino significativo, o docente deve ter consciência da importância da contextualização para viabilizar e promover a reflexão filosófica, o desenvolvimento do senso crítico e da cidadania.

Posteriormente à apresentação da Proposta Curricular de Filosofia, alguns problemas foram levantados para o desenvolvimento da promoção de um ensino de qualidade. Entre eles, estão presentes algumas questões: como formar professores para o ensino de filosofia no ensino médio? Será que os cursos superiores preparam, adequadamente, esses professores? Qual a qualidade do material didático disponível? Como despertar o interesse dos alunos e incentivá-los a pensar filosoficamente? Todas essas perguntas são pertinentes, pois apontam aspectos fundamentais para a ação docente, os quais vão desde a qualidade da formação inicial para os professores que atuarão no ensino médio, até a dificuldade do desenvolvimento de ações didáticas que incentivam os estudantes a pensarem de forma filosófica. Essas indagações demonstram os obstáculos do caminho a ser percorrido no desenvolvimento desse ensino, procurando gerar um incômodo no professor que entra em contato com a Proposta Curricular.

A Proposta Curricular enfatiza a importância do desenvolvimento do ensino contextualizado e pertinente. Apresentando um exemplo claro: o educando que não se sentir sensibilizado e não compartilhar do problema filosófico que lhe é apresentado - se para ele aquilo for apenas a estrutura do pensamento de um filósofo, sem nexos e conexões com o tempo e a história - o ensino de filosofia estará fadado ao fracasso, isto porque, a contextualização do ensino traz consigo

significados que tornam possível a aproximação dos discentes com os conteúdos filosóficos.

Além destes, outros dois assuntos são tratados pela Proposta Curricular de Filosofia antes de apresentar os conteúdos por série e bimestre. Um deles refere-se à História da Filosofia, que, nesta proposta, “não deve constituir a principal orientação para o ensino da disciplina na escola pública” (SÃO PAULO, 2008: 43), pois o foco do ensino tem o “olhar voltado para o mundo que se aprende a pensar filosoficamente” (SÃO PAULO, 2008: 43). A proposta apresenta a ideia de que, para ser pertinente, o ensino de filosofia deve partir da realidade do aluno, uma das estratégias para se atingir tal proposta é a de recolher “material nas ruas que o aluno percorre para chegar à escola” (SÃO PAULO, 2008: 43). Sendo assim, o docente pode explorar assuntos da realidade do discente e relacioná-los aos conteúdos previstos, atrelando-os aos filósofos e à História da Filosofia. Nesse contexto, a História da Filosofia torna-se apenas uma referência para o desenvolvimento do ensino, o qual deve partir da realidade do aluno.

O outro assunto refere-se à importância da prática cotidiana da leitura, a qual deve ter uma relação direta com a prioridade da competência da leitura e da escrita, princípio apresentado como referência da Proposta Curricular. Essa questão é exposta de forma breve no documento, de modo que a Proposta Curricular de Filosofia poderia ter dado maior ênfase a este aspecto, explicando de forma mais aprofundada as possibilidades de trabalho dessas competências.

É válido destacar que, na Proposta Curricular, existe um problema relacionado às competências e habilidades, que, embora sejam referenciais, não aparecem de forma direta e articulada aos temas e conteúdos previstos. Tais competências são apresentadas apenas no material de apoio que foi criado especialmente para subsidiar essa implementação. Perante essa informação, fica evidente que, neste contexto, os Cadernos do Professor são mais do que um apoio, pois o uso destes torna-se necessário para o desenvolvimento de um ensino baseado em competências e habilidades como visa esta Proposta. Devido a este fato, a autonomia docente pode tornar-se impeditiva.

Da Proposta Curricular de 2008 para o Currículo de 2010, houve poucas modificações na parte geral que apresenta o documento. A novidade está relacionada aos documentos que subsidiam a prática docente, pois, no ano de

implementação da Proposta Curricular, existiam apenas os Cadernos do Professor. No ano seguinte, a SEE/SP ampliou o material didático, construindo uma versão deste voltada para o aluno. Tal material fora construído para ser distribuído a todos os estudantes da rede, sendo dividido por disciplina, série e bimestre, trata-se do Caderno do Aluno.

O atual Currículo aponta para a importância do retorno da filosofia no ensino médio “para ampliar o significado e os objetivos sociais e culturais da educação” (SÃO PAULO, 2010: 26). Percebe-se que a filosofia é uma disciplina importante para desenvolver com os alunos reflexões sobre a realidade e um de seus papéis é tirar os educandos do “*status quo*” e possibilitar a eles o desenvolvimento do senso crítico.

Nesse documento, a apresentação da importância da leitura é feita de forma mais adequada, ficando evidente que há uma relação direta do ensino da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias e da Filosofia com os princípios norteadores do Currículo:

[...] Ora, considerando que os objetivos fundamentais dos atuais programas curriculares consistem no desenvolvimento, pelos estudantes, de competências e habilidades de leitura, reflexão e escrita, contextualizadas social e culturalmente no mundo do trabalho, a problematização dos temas tratados em sala deve ser amparada pela leitura de textos (SÃO PAULO, 2010: 27).

O Currículo apresenta a leitura como competência necessária que precisa ser desenvolvida na escola e que encontra na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias um “espaço” válido e importante para o seu desenvolvimento.

Comparando a Proposta Curricular de Filosofia de 2008 ao novo Currículo, é possível perceber que a apresentação da disciplina foi desenvolvida de forma mais completa, contemplando aspectos importantes para a compreensão e o desenvolvimento do trabalho docente. Nesse documento, estão presentes itens essenciais para o desenvolvimento do ensino de Filosofia, tais como: breve histórico da disciplina, fundamentos para o ensino de filosofia, filosofia para o ensino médio, assim como as reflexões sobre a organização dos conteúdos básicos, sobre a metodologia de ensino-aprendizagem dos conteúdos básicos, sobre os subsídios para a implementação do Currículo proposto, sobre a organização das grades curriculares (série/ano e bimestres), sobre os conteúdos associados a habilidades e, até mesmo, sobre a referência bibliográfica.

No item Filosofia para o Ensino Médio, foram levantadas reflexões sobre a promoção do debate filosófico dentro da escola, de forma contextualizada, direta e objetiva, sem criar distanciamentos acadêmicos, defendendo a ideia de que a filosofia deve fazer parte da vida dos educandos. Tal procedimento se dá no momento em que os conteúdos da disciplina passam a se relacionar com as influências que os alunos armazenam em seus ambientes sociais e familiares. O Currículo apresenta a ideia de que é preciso construir valores atrelados à cidadania de forma conjunta e articulada.

Na parte da Metodologia, o Currículo versa acerca da participação do professor, a qual deve acontecer de forma ativa no momento da formação de valores e na produção do conhecimento dos educandos. O documento destaca a importância do trabalho desenvolvido de forma interdisciplinar e aponta que a filosofia pode assumir uma de suas principais funções, “a de ser uma ferramenta conceitual, produtora de síntese, animando o debate multidisciplinar e elevando os padrões da educação básica” (SÃO PAULO, 2010: 117).

Sobre a metodologia de ensino-aprendizagem dos conteúdos básicos, está presente a reflexão sobre o ensino por meio de uma abordagem histórica (centro ou referencial) e por meio de uma abordagem temática. Fica evidente que o Currículo aborda a metodologia de ensino de forma um pouco mais completa do que a Proposta Curricular, pois o atual documento expõe, de forma mais elaborada, a necessidade da articulação entre a parte histórica e a parte temática, sendo esta relação necessária para o desenvolvimento de um ensino mais completo.

O Currículo de Filosofia de 2010 apresenta os conteúdos previstos associados a habilidades, relacionando-os e organizando-os em grades curriculares, de acordo com as séries e bimestres. Esses quadros, que descrevem conteúdos e habilidades, possibilitam ao docente maior clareza à sua prática, libertando o professor da obrigatoriedade do uso do material de apoio criado pela SEE/SP, pois, a partir do momento que é estabelecido um parâmetro, o professor pode construir suas próprias situações de aprendizagem, contemplando os conteúdos previstos atrelados às competências e habilidades necessárias previstas no documento.

Na nova versão do documento, também foram apresentadas as referências bibliográficas, estas possibilitam a compreensão do caminho percorrido para a construção do documento, transparecendo o referencial que fomentou a sua

estrutura, além do fato dessas referências ampliarem a possibilidade de estudo do docente que atua na rede pública estadual paulista, trazendo subsídios para a sua pesquisa.

No decorrer dos anos de 2008, 2009 e 2010, a SEE/SP realizou uma série de ações que auxiliaram a consolidação da implementação do novo Currículo Oficial. Uma dessas ações foi a oferta do curso de formação continuada de sessenta horas - A Rede Aprende com a Rede, oferecido pela SEE/SP, por meio do sítio São Paulo faz Escola, no ano de 2008. Este procurou desenvolver o aprofundamento dos conceitos e teorias que norteiam as Propostas Curriculares, bem como as metodologias indicadas nos materiais de apoio fornecidos aos professores. Porém, o curso não contemplou todos os professores de filosofia que atuam na rede. Em continuidade de suas ações, no ano de 2009, a SEE/SP promoveu novamente o mesmo curso, no entanto, mais uma vez não foi possível contemplar todos os professores envolvidos com o ensino de filosofia da rede pública estadual.

Com o objetivo de dar continuidade ao estudo do currículo vigente, a SEE/SP promoveu seu último concurso de maneira diferenciada, gerando mais uma tentativa de trabalhar o aprimoramento do ensino. Tal ação possibilitou aos professores ingressantes uma formação complementar sobre a sua estrutura e a do Currículo atual.

III - Os objetivos da EFAP/SP

Os objetivos da EFAP/SP estão voltados para a contribuição da melhoria da qualidade do ensino. Para viabilizar o acesso às informações e, também, aos cursos, a SEE/SP criou o sítio⁶ da EFAP/SP. Entre os cursos oferecidos, encontra-se o Curso Específico de Formação, foco de análise desta pesquisa. É importante ter em mente que este curso foi obrigatório para os professores ingressantes do concurso público de 2010.

Esta exposição busca apontar algumas considerações críticas sobre o Curso Específico de Formação em Filosofia. Porém, antes de considerar os aspectos específicos de filosofia, vale destacar algumas considerações do âmbito geral dessa formação.

⁶Acesso ao sítio da EFAP/SP por meio do endereço eletrônico: <http://www.escoladeformacao.sp.gov.br>

Ao analisar a primeira parte do curso, foi possível constatar que os seus conteúdos possuem pouca relação com os conteúdos do Currículo vigente no Estado de São Paulo. Ao realizar a leitura do Currículo, é possível perceber a importância da parte dos “Princípios para um currículo comprometido com o seu tempo” (SÃO PAULO, 2010: 10), texto que apresenta eixos centrais como: “Uma escola que também aprende, O currículo como espaço de cultura, As competências como referência, Prioridade para a competência da leitura e da escrita, Articulação das competências para aprender e a Articulação com o mundo do trabalho” (SÃO PAULO, 2010: 10 a 20). No entanto, esses itens não foram abordados no curso de forma direta, clara e objetiva.

Ao invés de realizar o estudo e a análise da importância de cada princípio para a formação do educando, a primeira parte do curso percorreu outro caminho, investindo em outros aspectos pedagógicos que, também, são relevantes à rede estadual. A abordagem escolhida permitiu ao cursista conhecer, debater e compreender um pouco do contexto educativo no qual o Currículo se desenvolve. Diante do exposto, essa ação de formação não contempla uma das propostas iniciais do curso: possibilitar uma formação específica que contribui de forma significativa para a construção do conhecimento do Currículo.

Apontando o que foi abordado na estrutura do curso, percebe-se que este poderia ter explorado de forma mais detalhada a construção e o desenvolvimento do plano de curso, do plano de ensino, do plano de aula, assim como a importância das reuniões pedagógicas existentes na escola, entre elas: planejamento, replanejamento, avaliação final, auto avaliação, o dia do Saesp na Escola, o conselho de escola e a gestão democrática participativa, os conselhos de classe / ano /série e as ATPCs – Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo, etc. Poderia, também, o curso ter explorado o papel do Professor Coordenador na escola e dos Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico nas diretorias de ensino. A abordagem detalhada desses itens possibilitaria uma formação mais completa, provocando reflexões sobre ações necessárias para o desenvolvimento de um ensino de qualidade, apontando a importância desses subsídios para o bom desenvolvimento da prática docente.

No entanto, passou-se por esses itens de forma breve e superficial, apenas dando indícios da existência deles nas unidades escolares. Talvez, a grande

quantidade de temas e conteúdos tenha atrapalhado o desenvolvimento desses estudos. De forma geral, essa primeira etapa expôs questões que existem na SEE/SP, mas deixou de detalhar aspectos importantes que subsidiam a atuação docente.

Já em relação às estratégias didáticas utilizadas na primeira parte, pode-se considerar que estas foram significativas e serviram para elucidar a importância da utilização de recursos diferenciados para a promoção do ensino. O ideal seria se a estrutura proposta nos módulos servisse de exemplo aos docentes cursistas, estimulando-os a construir em sua prática estratégias didáticas, com a intenção de enriquecer a relação ensino-aprendizagem. Nesse sentido, os módulos recorreram a diferentes subsídios e estratégias, tentando tornar os assuntos abordados mais atraentes.

Já as considerações críticas da segunda parte do Curso Específico de Formação em Filosofia, apontam para a falta de articulação dessa etapa com a primeira, seguido do fato dos temas terem sido apresentados de forma conteudista, sem articulação com as competências e habilidades previstas no Currículo.

A maneira como os módulos foram apresentados é preocupante, pois estes reforçam uma concepção tradicional de ensino, baseada pura e simplesmente em conteúdos que contam com avaliações no final do processo. A relação ensino-aprendizagem não se faz presente nos módulos, assim como as competências e habilidades, que são os princípios norteadores do Currículo. Fica evidente que estas foram deixadas de lado e não foram tratadas como deveriam.

Nessa etapa, ficou evidente a falta de um fio condutor para os conteúdos abordados dentro dos módulos e entre os módulos, pois estes se deram de forma aleatória, não seguindo a história da filosofia, nem, tampouco, os conteúdos da maneira como estão organizados no Currículo. Para tentar elucidar melhor o contexto apresentado, no início de cada módulo, foi feita uma introdução apresentando os temas, os filósofos envolvidos e os Cadernos do Professor e Cadernos do Aluno que subsidiam o estudo. Porém, tal ação não foi suficiente para transparecer as estratégias escolhidas para a organização dos conteúdos do curso.

Se a ideia do curso era promover a apresentação do Currículo e ampliar as possibilidades de trabalho docente de forma didática, este pouco conseguiu cumprir o seu papel, deixou-se a desejar. A maneira como cada módulo apresentou as

possibilidades de trabalho ficou restrita aos determinados conteúdos e limitada a leituras e interpretações de textos, assim como à apresentação de partes do material de apoio.

Se, nesta segunda etapa, a ideia primeira era a de apresentar para os cursistas a ampliação dos conhecimentos, sem recair em conteúdos específicos típicos da graduação, tal ação não aconteceu, pois o curso reproduziu fragmentos de reflexões sem muita contribuição para o aprimoramento da prática. Não se apresentou de forma clara a articulação dos temas trabalhados aos filósofos utilizados, assim como o que motivou-o a utilizar diferentes filósofos para um mesmo tema. De forma geral, os módulos utilizaram poucas estratégias didáticas debruçando-se em “velhos” conteúdos.

Pensando na implicação direta dessa formação continuada para a melhora no ensino de filosofia no nível médio, e resgatando a pergunta que faz parte do problema central do artigo: *de que maneira o Curso Específico de Formação para os professores ingressantes de filosofia na rede, pode contribuir para os estudos e o aprimoramento da prática docente e como isto pode refletir no aprendizado dos alunos no que se refere ao ensino de filosofia?*, é possível afirmar que o curso quase nada contribuiu para o aprimoramento da prática docente.

O curso deveria ter explorado melhor a própria estrutura do Currículo de Filosofia, que descreve o ensino de Filosofia no Brasil por meio de um breve histórico. Poderia este ter abordado os fundamentos para o ensino de Filosofia, refletindo sobre a importância da disciplina para o ensino médio, poderia, ainda, ter se debruçado sobre a organização dos conteúdos básicos e sobre a metodologia de ensino-aprendizagem destes. Outras questões a serem exploradas pelo curso deveriam ser os subsídios para implantação do currículo proposto e a organização das grades curriculares (série/ano por bimestre) e dos conteúdos associados a habilidades, bem como a apresentação do quadro de conteúdos e habilidades de Filosofia.

No entanto, nada disso foi feito. Os módulos dessa etapa foram lançados sem um nexo e sem maiores explicações com relação aos seus propósitos de formação. Dos conteúdos que foram explorados, faltaram sugestões didáticas que fossem atuais, que partissem da realidade dos alunos, que problematizassem, que sensibilizassem, enfim, que promovessem o interesse real na aprendizagem.

IV – Conclusão

A reflexão sobre o aprimoramento da prática docente no ensino de filosofia no nível médio, por meio do Curso Específico de Formação da EFAP/SP, promovida pelo presente trabalho, tem por interesse verificar a contribuição dessa formação continuada, oferecida de forma obrigatória pela SEE/SP, para a formação inicial dos docentes ingressantes, e, principalmente, para a melhora da qualidade do ensino de filosofia oferecido nas escolas públicas estaduais paulistas.

A SEE/SP, ao promover o Curso Específico de Formação pela EFAP/SP, acabou assumindo que os docentes ingressantes precisavam passar por uma formação continuada que complementaria a sua graduação, esta ação viabiliza questionamentos, uma vez que o candidato à vaga de professor no concurso público já possui diploma de licenciatura, formação que o habilita a atuar como profissional da educação segundo os artigos 61 e 62 da *LDB – 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

As intenções dessa formação continuada, oferecida pela Secretaria Estadual da Educação, visam apresentar documentos e conteúdos que podem contribuir, de alguma forma, para o aprimoramento da prática docente, no entanto, a passagem por essa formação não é garantia na melhora da aprendizagem dos educandos.

É arriscado afirmar, de forma pontual, sobre a ineficiência da formação inicial e o sucesso da formação continuada. Ao terminar a graduação em filosofia e ao iniciar suas ações de educador, o docente encontra os desafios da prática. A formação continuada pode ser um caminho para a atualização profissional, no entanto, este estudo contínuo também não pode ser compreendido como garantia do aprimoramento da prática.

No que se refere ao ensino de filosofia no nível médio, saber apenas a teoria e/ou os conteúdos filosóficos não garante o desenvolvimento de um ensino de qualidade, pois, para que uma aprendizagem desse nível ocorra, o professor precisa instrumentalizar o aluno para a emancipação. Tal ação requer atitude e postura, preparo e domínio do conhecimento, autoria na construção das aulas, confiança naquilo que se ensina, além da utilização de assuntos pertinentes que façam parte da realidade do aluno, sensibilizando e provocando neles a vontade de aprender.

O Curso Específico de Formação apresentou, em sua estrutura, muita teoria, revisitando conteúdos filosóficos tratados na graduação. A articulação entre teoria e prática pouco se fez presente. Diante desse contexto, cabe questionar como este tipo de formação continuada pode contribuir e viabilizar o aprimoramento da prática docente e o desenvolvimento de um ensino de qualidade.

Diante do que foi apresentado neste artigo, fica evidente que existem diversas formas para promoção e desenvolvimento de um ensino que possibilite a aprendizagem, onde o estudo contínuo dos docentes e a participação de formações continuadas possam auxiliar e contribuir para este aprimoramento.

Sendo a formação continuada uma contribuição importante para o aprimoramento da prática docente, pergunto: por que a SEE/SP não desenvolve uma estratégia mais efetiva para o desenvolvimento dessas formações? Sabemos que sua estrutura é gigantesca e a rotatividade de profissionais também (professores ingressam e exoneram, mudam de rede, aposentam, etc.), mas isso não é pretexto para que a SEE/SP deixe de lado a capacitação contínua de todos os docentes que atuam em sua rede, não focando apenas nos professores ingressantes com cursos que pouco relacionam a teoria com a prática. Seria interessante pensar em uma ação de formação, que fosse permanente e “obrigatória”, e que essas ações tivessem continuidade e permanência, mas, nesta rede, ainda falta pontualidade e tradição.

Referências Bibliográficas

BEHRENS, M. A. (1996) **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat.

BRASIL. **Lei 9394/96. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. (2006) **Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3. Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL. (1998) **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média e tecnológica.

BRASIL. (2002) **PCN+ Orientações Educacionais Complementares aos parâmetros Curriculares Nacionais - Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média e tecnológica.

FRAU, E. C. (2014) **O Aprimoramento da prática docente no ensino de filosofia por meio do Curso Específico de Formação da EFAP/SP**. Campinas, SP: Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

GALLINA, S. F. da S. (2002) **Formação de professores: a filosofia e o ensino médio**. In: PIOVESAN, A; EIDT, C.; GARCIA, C. B.; HEUSER, E. M. D. e FRAGA, P. D. (orgs) *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Ed. Unijui.

SÃO PAULO. (1992) Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta Curricular para o ensino de Filosofia: 2º grau**. São Paulo: SE/CENP.

SÃO PAULO. (2008) **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Filosofia /** Coord. Maria Inês Fini. – São Paulo: SEE.

SÃO PAULO. (2010) **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias** / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – São Paulo: SEE.